

O problema do desemprego na visão dos partidos políticos brasileiros: diferenças e semelhanças*

*Leonardo Secchi***

Introdução

O problema do desemprego acompanha historicamente o desenvolvimento capitalista em todas as partes do mundo. No Brasil, o desemprego tem merecido atenção especial de economistas, sociólogos, políticos e governantes, visto ser um dos maiores problemas sociais atuais e corresponsável por tantos outros como a criminalidade, déficits de produtividade nacional e a diminuição de qualidade de vida da população como um todo.

A partir dos anos 80 o desemprego brasileiro agravou-se, fase em que a recessão desencadeada pela crise do petróleo mostrou suas graves conseqüências, em que o setor produtivo deixou de absorver o excedente de mão-de-obra proveniente do êxodo rural, enfim quando os processos de reestruturação produtiva e abertura econômica, mais intensos na década de 90, exigiram das empresas esforços em redução de custos, flexibilização produtiva, achatamento das estruturas hierárquicas, com conseqüências diretas sobre o nível de emprego (Ianni, 1994, Mattoso, 1994).

Atualmente, as taxas de desemprego no Brasil calculadas pelo IBGE rondam os 7% (a média das taxas mensais de 2001 foi de 6,83%), bastante superiores às taxas de desemprego consideradas normais ou fisiológicas¹. O

^a Artigo baseado na dissertação "Alternativas de combate ao desemprego brasileiro: perspectivas partidárias comparadas", defendida para obtenção de título de mestre no Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC). Trabalho submetido e aprovado para publicação pelo Colégio Editorial de *C&P* em novembro de 2002.

^{**} Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT/UFSC).

¹ Faz-se referência neste trabalho à taxa de desemprego aberto, e existe consenso entre os economistas de que taxas de desemprego variando entre 3 e 4% são consideradas normais ou fisiológicas, ou seja, aquelas provocadas por desajustes entre a oferta e a demanda de emprego (Sandroni, 1994).

desemprego também é a doença social com impactos mais profundos na vida dos brasileiros. Pesquisa realizada pela CNT/Sensus em outubro de 2001 mostra que o desemprego é o principal problema brasileiro segundo a opinião de 35,8% dos cidadãos entrevistados, muito à frente de problemas como a corrupção, a violência e as drogas.

Com este estado alarmante, a temática desemprego reveste-se de importância e atualidade ensejando debates nos vários segmentos da sociedade no sentido de tentar encontrar soluções para sua diminuição ou mesmo para encontrar alternativas para a abreviação de seus efeitos negativos.

Os partidos políticos têm um papel fundamental na apresentação, legislação, decisão e implementação de alternativas de combate ao desemprego. Os partidos políticos recebem propostas, representam interesses das diversas camadas sociais e têm a possibilidade de instituir, via ação legislativa, e colocar em marcha, via ação executiva, uma ampla variedade de projetos de geração de emprego e alternativas de diminuição do desemprego.

De acordo com os ensinamentos de Bobbio (1995), as opções, decisões e a defesa de interesses feitas pelos partidos políticos são altamente influenciadas por suas matrizes ideológicas. Desta maneira, o entendimento sobre questões como o desemprego, suas causas, estratégias para combatê-lo e estrutura estatal para colocar programas sociais em prática seriam elementos dependentes da orientação político-ideológica dos partidos políticos. Por outro lado, já existem respeitáveis estudos (Inglehart, 1991, Benedicto, Reinares 1992) que apontam para uma tendência de turvamento nas distinções ideológicas entre as agremiações partidárias, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental. Resta saber se o caso brasileiro sente tais tendências ou se os partidos políticos de direita, centro e esquerda² ainda se distinguem signifi-

² Em linhas gerais, os partidos chamados de esquerda priorizam o princípio da igualdade entre os cidadãos, dando maior ênfase a programas de redistribuição da renda entre as classes sociais. Ao contrário dos partidos de esquerda, os de direita tendem a privilegiar o crescimento econômico como solucionador dos problemas sociais e a promover a liberdade de competição entre indivíduos. Os chamados partidos de centro tendem a mesclar e suavizar as posições antagônicas supracitadas. Atualmente, a maior ou menor presença do aparelho estatal na economia é dada equivocadamente como uma das maneiras mais usuais de distinguir os partidos políticos entre direita e esquerda. Conforme os ensinamentos de Bobbio (1995), a defesa do tamanho estatal é contextual, sendo revezadamente defendida pelas ideologias antagônicas. Não obstante, a conjuntura política mundial atual tem levado a crer que os partidos de esquerda são defensores de uma maior interferência do aparelho estatal no

cativamente na maneira de entender problemas sociais cruciais, como o desemprego e as maneiras de combatê-lo.

Para tentar ampliar o conhecimento sobre estas questões foi realizado um estudo teórico-empírico entre outubro de 2001 e março de 2002 que teve como um de seus objetivos levantar e analisar as diferentes políticas públicas, programas e ações de redução do desemprego brasileiro propostas e implementadas pelos partidos políticos. Desta maneira, buscou-se identificar possíveis semelhanças e diferenças sobre as perspectivas dos partidos políticos nos seguintes temas:

- Causas do desemprego brasileiro;
- Políticas públicas de emprego mais indicadas para a realidade brasileira;
- Programas e ações sociais concretos implementados pelos partidos políticos em suas administrações municipais, estaduais e federal;
- Papel e modelo de Estado preconizado pelas siglas partidárias.

Esta pesquisa caracterizou-se por ser predominantemente de caráter qualitativo, exploratório-descritivo e utilizou a perspectiva crítica de encaminhamento epistemológico e a abordagem dialética de análise dos discursos dos atores (Lakatos e Marconi, 1992, Triviños, 1987).

Pela impossibilidade de estudar todos os partidos políticos brasileiros, julgou-se conveniente limitar os estudos apenas aos cinco maiores. Como critério de seleção dos partidos, optou-se por selecionar aqueles com maior bancada apenas na Câmara Federal, na passada legislatura, pois a composição da Câmara Federal representa proporcionalmente toda a população brasileira. A escolha dos cinco maiores partidos permitiu garantir uma significativa representatividade (75,39%) da totalidade de deputados federais. Na passada legislatura (1999-2002), dos 512 deputados federais, 386 eram membros dos cinco maiores partidos

mercado, baseados na tendência de crise do mesmo. Por outro lado, as siglas de direita, ou liberais, acreditam na capacidade auto-reguladora e de equilíbrio dos mercados, dispensam então a onipresença do Estado e apóiam um Estado mínimo, de maneira a apenas suprir falhas e ineficiências deste mercado. Ainda Bobbio (1995) teoriza que os partidos de direita se caracterizam fundamentalmente por salvaguardarem a tradição, a manutenção do *status quo*, são conservadores por natureza, enquanto que os partidos de esquerda são emancipatórios, se preocupam em "*libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe*" (ibid, p. 81), em revolucionar as estruturas sociais.

políticos (Câmara dos Deputados, 2001). Os partidos selecionados estão na tabela abaixo:

Tabela 1 – Partidos políticos selecionados

Sigla	Bancada	Nome do Partido
PFL	97	Partido da Frente Liberal
PSDB	93	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	89	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	59	Partido dos Trabalhadores
PPB	48	Partido Progressista Brasileiro

Fonte: Câmara dos Deputados (2001).

A coleta de dados foi realizada através da análise de programas, estatutos partidários e publicações diversas dos partidos políticos, consultas a *sites* de governos municipais, estaduais e federal e consulta a *sites* dos partidos políticos.

Ainda foi utilizada a técnica de entrevista não-estruturada aplicada com políticos em exercício de cargo público, membros de diretoria de partidos políticos de expressão nacional e membros dos partidos políticos em função relacionada com políticas de combate ao desemprego. As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas com 10 membros dos partidos políticos, sendo dois membros de cada um dos cinco partidos selecionados. Entre os entrevistados estão governador e ex-governador de Estado, senador da República, deputados estaduais e diretores estaduais do SINE (Sistema Nacional do Emprego).

Como técnica de suporte à coleta de dados foram aplicados questionários estruturados via endereço eletrônico, enviados para deputados federais dos partidos selecionados.

Os questionários via *e-mail* foram enviados para 307 dos 386 deputados federais (79,53%) dos cinco maiores partidos da legislatura 1999-2002. Não foi possível enviar para todos os deputados federais devido à indisponibilidade do endereço eletrônico de alguns deputados e recebimento bloqueado de outros. Todos os 307 questionários foram enviados individualmente, personalizado para cada deputado, para tentar aumentar o índice de retorno. O conteúdo do questionário foi enviado no corpo do próprio *e-mail* para que não surgissem desconfianças quanto à segurança do seu conteúdo, o que geralmente acontece quando o arquivo contendo o questionário é enviado em anexo. Apesar de todas as precau-

ções e esforços para um bom índice de resposta, esta técnica de coleta de dados não contribuiu significativamente para o entendimento das questões estudadas, visto que apenas quatro questionários (1,3% dos 307 enviados) foram respondidos, curiosamente, todos deputados federais pelo Partido dos Trabalhadores.

A análise dos dados fez uso da análise qualitativa de conteúdo de acordo com Michelat (*in* Thiollent, 1987) e da técnica de triangulação de dados (Triviños, 1987). Através dessa técnica buscou-se alcançar uma melhor inter-relação dos dados extraídos diretamente com os sujeitos (entrevistas e questionários), dados produzidos pelo ambiente do sujeito (documentos e relatórios de sua organização) e dados originados do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito (reportagens, relatórios de pesquisas científicas, publicações de outras organizações).

Este artigo limita-se não só a apresentar os dados empíricos pesquisados, como também a realizar uma síntese das conclusões da pesquisa. A revisão bibliográfica que trata da conceituação de termos básicos como trabalho e emprego, histórico do desemprego no Brasil, impactos da reestruturação produtiva e os pormenores das principais políticas públicas de emprego presentes atualmente em teoria podem ser encontrados na dissertação de mestrado que deu origem a este artigo (Secchi, 2002).

A seguir é apresentado um breve histórico dos partidos políticos no Brasil, seguido dos dados obtidos na investigação e as principais conclusões.

Breve histórico dos partidos políticos brasileiros

A análise da história brasileira mostra que a prerrogativa de elaboração de políticas públicas conquistada pelos partidos políticos nem sempre foi vista na prática. O sistema partidário nacional passou por grandes turbulências desde a instauração da República em 1889.

Desde a proclamação da República, o sistema partidário nacional e a existência dos partidos políticos passou por grandes transformações. Entre 1889 e 1930, os partidos políticos representavam praticamente apenas os interesses oligárquicos agropecuaristas, a chamada política café-com-leite, onde os grandes partidos regionais PRP (Partido Republicano Paulista) e PRM (Partido Republicano Mineiro) se revezavam na direção do governo federal.

Em 1922 surgiu o PCB (Partido Comunista Brasileiro), partido de esquerda com ideais comunistas e anarquistas vindos junto com os imi-

grantes europeus. No entanto o PCB não alcançou grande expressão na política federal da época.

Entre 1930 e 1937, com o início da primeira era Vargas começaram a surgir novos partidos, como a AIB (Ação Integralista Brasileira) e a ANL (Aliança Nacional Libertadora). A AIB era o partido de extrema-direita, antipartidarista e que defendia o corporativismo estatal. A ANL representava a esquerda da época, era anti-imperialista e antilatifundiária (Abaide, 1990).

Entre 1937 e 1945 a ditadura do Estado Novo coibiu a atividade partidária no Brasil. Em 1943 surge o PSD (Partido Social Democrático), que entre 1945 e 1964 praticamente deteve o poder na esfera federal, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criado em 1945 por Vargas para representar o movimento sindical e dar suporte político ao governo, e a UDN (União Democrática Nacional), também fundada em 1945 que congregava elites rurais, representantes de setores industriais e de parte da classe média.

Estes três grandes partidos atuaram no cenário político brasileiro até o golpe militar de 1964, que através do Ato Institucional nº 2 (1965) proibiu o pluralismo partidário. O sistema bipartidário retornou, com a ARENA representando os interesses dos militares e o MDB atuando como oposição "consentida".

A partir de 1979, com a abertura política no Brasil, os dois partidos (MDB e ARENA) foram extintos e a sociedade civil começou a se organizar em outras agremiações partidárias, umas herdando diretamente os membros destes partidos extintos (PMDB e PDS) e outras partindo da base da sociedade.

É nesse contexto de abertura política que começam a melhor se configurar os maiores partidos políticos da atualidade aqui investigados, PMDB, PT, PFL, PSDB e PPB.

Com a volta do multipartidarismo no Brasil, surgem no início da década de 80 o PDS (Partido Democrático Social), fundado em sua maioria pelos ex-integrantes da ARENA, o PMDB, que agregou a maioria dos ex-integrantes do MDB e o PT, que além de alguns membros do extinto MDB foi criado pelos movimentos sindicais, movimentos populares de minorias e defensores do comunismo.

O PDS constituía a direita, era a base de sustentação do regime militar decadente. O PMDB era o grande partido que representava a esquerda, apoiando a transição para a democracia e a volta do sistema pluripartidário. O PT também de esquerda, apesar de sua pequena re-

presentatividade naquela época, foi constituído para ser um partido “classista, de massas, de luta, democrático e socialista”. (PT, 1998, p. 13)

O nascimento do outro grande partido de direita do Brasil, o PFL, ocorre em 1985 quando dissidentes do PDS divergiram com a orientação partidária de apoiar Paulo Maluf na disputa presidencial. O PFL foi fundando em janeiro de 1985, aliou-se com PMDB, PTB e PDT na “Aliança Democrática”, a qual foi vencedora do pleito de então que elegeu Tancredo Neves o primeiro presidente do Brasil após o regime militar.

O surgimento do PSDB começa a ser gestionado em 1986 quando as eleições estaduais deram ao PMDB quase todas as administrações estaduais no Brasil (a exceção foi o Estado de Sergipe). Por conveniência, políticos das mais variadas correntes ideológicas aproveitaram esta vitória esmagadora do PMDB para se juntarem a este partido, criando conflitos internos.

Alguns membros do chamado “PMDB histórico”, aqueles que já compunham a estrutura do partido anteriormente, começa a organizar as bases do PSDB durante a Assembléia Nacional Constituinte. Políticos como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Franco Montoro foram os principais líderes que fundaram o PSDB em 25 de junho de 1988. Este partido foi constituído para ser uma opção de centro-esquerda na política nacional, defendia o parlamentarismo e a social-democracia dos moldes europeus.

A consolidação do PPB no Brasil veio a ocorrer somente em 1995. O PDS se fundiu com PDC (Partido Democrata Cristão) em 1993, resultando então no PPR (Partido Progressista Reformador). Outros dois partidos de direita foram criados em 1992, o PTR (Partido Trabalhista Renovador) e PST (Partido Social Trabalhista), e juntados em 1994, gerando o PP. Da fusão do PP com o PPR nasceu o PPB.

Estes cinco partidos mantêm-se desde 1995 inalterados, embora sejam observados conflitos ideológico-partidários internos em partidos como o PMDB e o PT, ambos contendo membros partidários de posições mais ao centro e outros mais à esquerda.

Emprego e desemprego no Brasil: perspectivas partidárias comparadas

Tomando-se como critério os ensinamentos de Bobbio (1995), os cinco maiores partidos políticos brasileiros da legislatura 1999-2002 fo-

ram categorizados na escala direita-centro-esquerda da seguinte maneira: o PPB e o PFL como partidos de direita, o PSDB e o PMDB como partidos de centro e o PT como partido de esquerda.

Poder-se-ia discutir a fidedignidade dessa classificação com a realidade atual dos partidos, principalmente porque estão cada vez mais se incorporando no senso comum as classificações intermediárias como centro-direita, centro-esquerda, extrema-direita, extrema-esquerda. Há quem diga que o PSDB de hoje é um partido de centro-direita, o PFL em suas campanhas publicitárias se auto-intitula partido de centro. O PT sempre tido como partido de esquerda já é chamado por alguns como partido de centro-esquerda, e por outros que chegam a denominá-lo partido de centro.

A classificação adotada acima possui mais fins metodológicos do que conceituais, até porque se questiona a manutenção de uma constância das matrizes ideológicas entre os partidos políticos nos dias atuais (Inglehart, 1991, Benedicto, Reinares, 1992).

A seguir é feita uma análise de como os partidos percebem a questão do desemprego. A coleta de dados empíricos possibilitou alcançar um maior entendimento das posições de cada um dos cinco partidos quanto às causas do desemprego, suas relações com a distribuição da renda no Brasil e o crescimento econômico, as políticas públicas defendidas pelos partidos no sentido de combater o desemprego, exemplos de programas concretos formulados e implementados pelos partidos, suas posições sobre qualificação e educação do trabalhador, flexibilização e redução da jornada de trabalho, o papel e o modelo de Estado preconizado pelos cinco maiores partidos políticos brasileiros.

Neste estudo buscou-se ampliar o entendimento das diferenças de racionalidade, de enfoques que existem entre os partidos políticos com relação às ações concretas de combate ao desemprego. Portanto, não foram despendidas maiores atenções sobre a efetividade (alcance social) dos resultados alcançados pelos programas implementados, até porque as avaliações quantitativas e qualitativas que se fazem sobre a efetividade são muitas vezes parciais, com intuito de promover ou denegrir a atuação das administrações públicas e dos partidos.

Ademais, não foi objetivo desta pesquisa analisar o impacto social de políticas públicas, programas e ações de combate ao desemprego adotadas em todo o Brasil, mas sim verificar as diferentes perspectivas dos partidos. Com essa análise pretende-se descobrir em que pontos as políticas dos diferentes partidos convergem entre si, em que se diferenciam.

As causas do desemprego na visão dos partidos políticos

De acordo com os depoimentos de seus membros, seus programas de governo e outras publicações diversas dos partidos políticos, o entendimento da problemática do desemprego brasileiro possui mais semelhanças do que distinções.

Uma das semelhanças de conceitos entre todos os partidos políticos investigados refere-se à consideração do desemprego como problema global, que não é possível fazer uma análise do desemprego brasileiro e suas causas, sem abordar o contexto internacional. A busca de competitividade, eficiência e qualidade faz as empresas almejarem melhores resultados produtivos com custos decrescentes, e isso implica demissões.

Os partidos políticos de direita, centro ou esquerda, explicitamente reconhecem que o desemprego é um problema estrutural do sistema capitalista, mas que se agrava por crises cíclicas ou conjunturais. Apenas um membro do PSDB (líder de bancada estadual) em sua entrevista, se contrapôs a esta constatação, afirmando que o desemprego é predominantemente conjuntural e que o crescimento econômico é suficiente para resolvê-lo.

Todos os partidos políticos, inclusive os de centro e de esquerda, atribuem relevância capital aos déficits de crescimento econômico como motivo que aprofunda o problema do desemprego brasileiro.

Também existe unanimidade entre os partidos políticos na compreensão de que a reestruturação produtiva, no que se refere à introdução de novas tecnologias organizacionais e de produção experimentadas pelas organizações, reflete negativamente sobre o nível de emprego dos países e também no Brasil. Quanto às flexibilizações das relações de trabalho os partidos políticos não são concordantes. O partido de esquerda avalia impactos negativos sobre o emprego e os de direita afirmam que as flexibilizações são necessárias para a criação de novos empregos.

Na realidade, as diferenças de compreensão dos partidos políticos quanto às causas do desemprego brasileiro são poucas. As diferenças aparecem apenas na maior ou menor ênfase que se presta a certas causas pontuais.

Por exemplo, os partidos de direita e o PMDB citam recorrentemente em seus programas a questão do êxodo rural como fato gerador de desemprego. Já os partidos de centro e o PFL destacam a falta de qualificação profissional adequada à "nova economia" como um fator restritivo à diminuição das taxas de desemprego: "*das 25.000 vagas oferecidas pelo*

SINE na capital de São Paulo, em outubro, menos da metade foi ocupada, porque cerca de 50% não atendiam aos requisitos mínimos e conhecimento, de escolaridade ou especialização exigidos!" (Maciel, in PFL, 1996).

O PT e os membros do PMDB entrevistados condenam as políticas macroeconômicas adotadas no plano federal que não privilegiam o emprego nem o investimento público, mas sim o pagamento da dívida externa, pagamento de juros exorbitantes, financiamento de bancos falidos. O PT também condena as elevadas taxas de juros e a carga tributária elevada como elementos inibidores do crescimento econômico e do emprego.

Todos os partidos também apontam a concentração da renda brasileira, uma das mais desiguais do mundo, como um dos entraves mais significativos. Um dos membros do PPB (governador de Estado) interpreta que a excessiva concentração da renda ameaça a integridade política do país, pois a tolerância das pessoas mais necessitadas vai sendo abalada, provocando revoltas e convulsões sociais. Vários membros do PT observaram que a redistribuição da renda é necessária para que haja um aumento do bem-estar social, fortalecimento de demanda interna geradora de novos empregos.

Para o PFL, a questão da desigualdade é entendida de forma diferente. A igualdade de oportunidades é necessária para que as pessoas e empresas possam competir em pé de igualdade, sem monopólio ou oligopólios (PFL, 1996). Não se enfatiza a igualdade de renda, mas a igualdade de competição. Já um membro do PFL consultado (presidente de assembléia estadual) exterioriza um juízo diferente quanto ao problema da concentração da renda. Para ele, a renda deve ser redistribuída no sentido grandes empresas-pequenas empresas, pois as grandes empresas utilizam tecnologia em larga escala, e os impactos de seus investimentos sobre os empregos são menores. As micro e pequenas empresas, quando têm capacidade de investir, conseguem gerar relativamente mais empregos. Por isso é necessária a redistribuição. O enfoque dado à redistribuição refere-se àquela realizada entre detentores de capital e não entre empresários e trabalhadores, ou classe social rica e pobre.

Tentando fazer uma síntese da compreensão dos cinco maiores partidos políticos quanto às principais causas do desemprego, pode-se dizer que todos os partidos são concordantes em que a concentração excessiva da renda, a falta de um crescimento econômico mais acelerado e a introdução de tecnologias nos processos produtivos são centrais na análise desta questão. Também há unanimidade de que o problema do de-

semprego é global, estrutural, mas com agravamentos conjunturais de quedas no ciclo econômico.

As diferenças de opinião entre os partidos são percebidas na maior ou menor ênfase em determinados problemas como, por exemplo, o êxodo rural, a qualificação da mão-de-obra, a avaliação das macro-políticas econômicas do governo federal, e na maneira de compreender temas como a flexibilização das relações de trabalho e o problema da concentração da renda. Particularmente, quanto a este último problema, constata-se uma divergência de perspectivas: a esquerda querendo redistribuir renda para aumentar o consumo e o bem-estar social, e a direita querendo redistribuir a renda para aumentar os investimentos das pequenas empresas e evitar conflitos sociais.

As políticas públicas de emprego defendidas pelos partidos políticos

Maiores divergências entre os partidos políticos começam a aparecer quando analisadas as diferentes políticas públicas³ de combate ao desemprego por eles formuladas e implementadas.

A exaltação do crescimento econômico como promotor da expansão do nível de emprego é ponto de convergência entre os cinco partidos políticos investigados. No entanto, a maneira de conduzir o crescimento econômico não é totalmente consensual.

A análise dos programas partidários e das entrevistas leva a concluir que os partidos de centro e de esquerda admitem a utilização de política fiscal expansiva, vale dizer, aumento nos gastos públicos e aumento das transferências governamentais, como as praticadas na previdência social, nos seguros-desemprego, bolsa-escola, etc. O PT, por exemplo, defende a política de gastos públicos para a formação de infra-estrutura produtiva, financiamento de setores econômicos e patrocínio de políticas sociais.

Os partidos de direita têm maior resistência ao aumento dos gastos públicos, preconizam o “Estado mínimo” que atua apenas nas atividades-fim (saúde, educação, segurança) e a atuação estatal no sentido de promover o desenvolvimento na iniciativa privada.

³ Segundo Moraes (1999), as políticas públicas são princípios, prioridades ou diretrizes com fins públicos e possuem objetivos de suprir necessidades de uma coletividade. Concretizam-se através dos programas, serviços e ações públicas.

A não ser por esta questão da amplitude do gasto público, todos os partidos apontam os incentivos governamentais à iniciativa privada como política de diminuição do desemprego, que contemplam os empréstimos, o microcrédito facilitado às pequenas empresas, incentivos às formas cooperativas e autogeridas de organização da produção, incentivos às exportações. Para o PSDB, o Brasil deve "*ampliar e diversificar os programas de apoio aos micro e pequenos produtores rurais e urbanos, combinando facilidades de acesso ao crédito, tecnologia e canais de comercialização e estimulando as diversas formas de cooperação e parceria entre pequenas e grandes empresas, ao longo das cadeias produtivas*" (Cardoso, 1998, p. 20).

Os programas de todos os partidos destacam a luta pelo desenvolvimento social através de políticas de desconcentração de renda e riqueza. O PSDB, por exemplo, defende que a concentração de renda seja atacada com políticas de transferência de renda como a aposentadoria rural, o seguro-desemprego, a bolsa-escola. O PFL defende o combate às desigualdades através da educação, redistribuição de ativos educacionais que coloquem os indivíduos em igualdade de competição nos mercados.

Já a redistribuição da renda entre as classes sociais é explicitada como política prioritária apenas pelo PT. Este partido defende o ataque contra a concentração da renda por meio de: transferências governamentais com projetos de renda mínima, progressividade nos impostos, elevação dos níveis educacionais da população.

O PMDB apóia a redistribuição da renda através da modificação da estrutura tributária, tributando mais a renda e menos os produtos e serviços, embora um de seus membros (ex-governador de Estado) reconheça que o PMDB não pretende fazer nenhuma revolução nesse sentido.

Com relação ao setor de atividade da economia que deve ser priorizado também parece que há consenso entre os partidos no entendimento de que os setores agrícola e industrial não são muito promissores e que a grande expectativa de absorção da mão-de-obra desempregada encontra-se no setor de serviços.

Para o presidente do PT, "*é indispensável o desenvolvimento de políticas de geração de emprego e renda com destaque para o papel do setor terciário da economia moderna*" (Dirceu in PT, 2000, p. 16). O pefelista César Maia tem uma compreensão similar: "*a indústria deixou de ser a fonte dinâmica de empregos. Esta função cabe, cada vez mais aos serviços. A agricultura não será fonte compensatória de empregos. Sua função é a produção de alimentos com alta produtividade*" (Maia in PFL, 1996, p. 38).

A contenção do êxodo rural também é vista como essencial para diminuição dos bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos. No entanto os partidos defendem estratégias diferenciadas para a solução desse problema. O PT defende prioritariamente o combate ao êxodo pela reforma agrária. Os outros partidos, de centro e de direita defendem prioritariamente os incentivos governamentais (financiamento, assessoria técnica, transferência de tecnologia) para que a iniciativa privada no campo tenha estímulos para lá permanecer. Mesmo assim, o governo federal do PSDB se auto-intitula o governo que realizou os maiores avanços em reforma agrária no Brasil.

Os tipos de educação e qualificação profissional, apontados pelos partidos políticos como os mais indicados aos trabalhadores brasileiros, comportam a educação básica formal, o ensino técnico-profissionalizante e a educação voltada à livre iniciativa ou 'empreendedorismo'. Todos os partidos citam esses três tipos de formação como essenciais para que o trabalhador possa acompanhar o ritmo das mudanças no mercado de trabalho e para que o trabalhador se torne independente. O PSDB, em seu programa de governo, e o PFL apontam a educação profissionalizante e o ensino no nível médio como as grandes prioridades. *"Muito mais do que se preocupar com o ensino de Terceiro Grau, deve o Governo apoiar, estimular e induzir ao ensino de segundo grau. Não em geral, mas ao ensino profissionalizante"* (Maia, in PFL, 1996, p. 42).

A concepção petista quanto à educação é um pouco diferenciada. Também apóia a qualificação técnica profissionalizante para ajudar na produtividade da economia, mas enfatiza fortemente a educação formal, básica, voltada para o enriquecimento cultural da população. *"É indispensável a concentração de investimentos no desenvolvimento do fator humano, integrando a formação de quadros técnicos qualificados com a elevação do nível cultural de nossa população"* (Dirceu in PT, 2000, p. 16).

Divergências claras são notadas na análise de propostas como a redução e a flexibilização da jornada de trabalho. Os partidos de direita e o PSDB contestam os resultados que poderiam ser alcançados com a redução da jornada de trabalho como medida de combate ao desemprego.

Segundo o depoimento dos membros desses partidos políticos, a redução da jornada de trabalho vai contra o objetivo principal de busca do crescimento econômico. Além disso, o custo de contratação de trabalhadores aumentaria significativamente, inibindo novas contratações. Ao contrário da redução da jornada de trabalho, um membro do PSDB (líder de bancada estadual) afirma que *"em vez de trabalhar menos, nós deveríamos*

trabalhar mais". Ele não defende o aumento da jornada, mas sim o aproveitamento dos sábados, domingos e o horário noturno para trabalhar, gerando mais horas de trabalho e mais emprego. Para esse político, as mudanças atuais na economia demandam muitos serviços indispensáveis 24 horas por dia durante toda a semana, como por exemplo, o comércio, as telecomunicações, etc. Para aumentar o emprego, bastaria aumentar o número de horas trabalhadas por semana, considera este membro do PSDB.

O PT é o único partido que defende veementemente a redução da jornada de trabalho, seguindo a linha de redistribuição da renda e do trabalho no seio da sociedade. As experiências europeias são citadas como exemplos de sucesso na criação de novos postos de trabalho através da redução da jornada.

O posicionamento dos partidos frente à flexibilização das relações de trabalho é praticamente oposto ao da redução da jornada, ou seja, os partidos de direita e centro apóiam e o de esquerda rejeita. Dentre estes partidos, apenas o PMDB se mostra reticente quanto às medidas de flexibilização (contratos temporários, subcontratações, terceirizações, banco de horas), pois avalia que em certos setores da economia como os industriais, o serviço público e alguns setores agrícolas os impactos podem ser negativos ao trabalhador com a perda de direitos sociais conquistados. No entanto, em outros setores como o de serviços e algumas atividades com necessidades específicas, o PMDB considera que tais medidas podem ser benéficas para a geração de emprego, como no caso do turismo, comércio, agricultura de produção sazonal.

O depoimento dos membros do PSDB, do PFL e do PPB vem a considerar que as leis trabalhistas consolidadas não atendem às necessidades atuais do mercado de trabalho e prejudicam o crescimento econômico. Para estes partidos, as medidas de flexibilização geram maior mobilidade à iniciativa privada para adaptar-se às novas exigências da economia cambiante, reduzindo os custos trabalhistas e aumentando a capacidade da iniciativa privada em empregar.

Não obstante, é interessante notar que o PPB em seu programa, no que tange às diretrizes no campo social, defende a garantia do poder aquisitivo dos salários e a estabilidade no emprego para os trabalhadores (PPB, 2001).

O PSDB em seu encarte "Social Democracia em Ação" exterioriza o seu desejo de flexibilização das relações de trabalho: "*o governo federal e o PSDB buscam fórmulas para flexibilizar as regras do mercado de trabalho e,*

assim, facilitar as contratações. Alternativas como a terceirização e o contrato temporário de trabalho não representam necessariamente pior qualidade de emprego" (PSDB, 1997, p. 31).

O PT não avalia favoravelmente as medidas de flexibilização. O argumento vai no sentido de que os trabalhadores lutaram muito para que conquistassem direitos como férias, 13º salário, descanso semanal, FGTS, e as medidas de flexibilização suprimem gradativamente tais direitos.

Programas e ações de combate ao desemprego implementadas pelos partidos políticos

Neste apartado pretende-se citar alguns exemplos de programas e ações que tenham relação direta ou indireta com a questão do emprego, que foram ou estão sendo colocados em prática pelos cinco partidos selecionados na esfera federal, estadual ou municipal. As administrações nestas três esferas foram atreladas aos partidos políticos levando em consideração a filiação partidária do chefe do poder executivo.

Novamente aparecem mais semelhanças do que diferenças entre os cinco partidos políticos investigados quando analisados os programas e as ações de combate ao desemprego. Em suas administrações, todos os partidos fazem uso de programas de microcrédito para pequenas empresas, seguro-desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, programas de inserção do jovem trabalhador no mercado de trabalho. Todos estes programas executados nas esferas municipais e estaduais têm suas diretrizes principais elaboradas pelo governo federal e em grande parte são financiados com verbas provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estes programas e ações acabam se distinguindo entre si apenas em detalhamentos como as opções de cursos de qualificação, a maneira de conduzir a intermediação da mão-de-obra, o valor dos empréstimos aos microempresários, o nome do programa.

Os programas de microcrédito facilitado se baseiam em oferecer empréstimos a cooperativas de trabalhadores, pessoas físicas ou jurídicas, para investimento em capital de giro e em maquinaria para pequenos negócios com baixas taxas de juros e prazos de pagamentos razoáveis. As administrações públicas, promovem, desta forma, o emprego com incentivos à atividade privada. Exemplos destes programas são o "Banco Social"

do PFL do Paraná e de Curitiba, "Creditrabalho" e "Banco do Povo" nos governos do PMDB no Distrito Federal e Pernambuco, "Crédito de Confiança" e do PPB catarinense, o Fundo de Crédito Produtivo Popular do PSDB do Estado de São Paulo e os programas de "Crédito Assistido" do PT gaúcho.

O seguro-desemprego federal tem como objetivo a cessão de uma renda de sustento temporária para pessoas desempregadas de maneira a possibilitar que ela possa buscar um novo emprego. É instrumento típico para situações de desemprego cíclico ou conjuntural. Postos do Sistema Nacional do Emprego (SINE) estaduais e municipais veiculam tal benefício às pessoas desempregadas.

Os programas de qualificação profissional se dedicam a diminuir o déficit de formação profissional e educacional dos trabalhadores para aumentar a probabilidade dos desempregados conseguirem uma nova vaga, aumentar as chances do trabalhador manter-se empregado, redistribuir ativos educacionais e aumentar a qualidade de vida do trabalhador. Os cursos de qualificação são decididos de acordo com a necessidade das populações locais e são oferecidas em parcerias com entidades públicas e privadas (universidades, centrais sindicais, ong's, escolas técnicas). Os cursos contêm conteúdos de habilidades básicas (formação cidadã), específicas (profissionalizante) e de gestão ('empreendedorismo').

Os programas de inserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho são destinados a jovens entre 16 e 24 anos, nos quais os governos estaduais, em parceria com o governo federal, incentivam financeiramente as empresas que contratam jovens, subsidiando parte do salário. Alguns exemplos: "Programa Jovem Trabalhador – Primeiro Emprego" no governo do Distrito Federal do PMDB, "Portas do Trabalhador" no governo de Santa Catarina do PPB, "Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho" no governo do Estado de São Paulo do PSDB, "Programa Primeiro Emprego", no governo do PT no Rio Grande do Sul.

Os programas de intermediação da mão-de-obra operacionalizados pelos postos do SINE nos Estados e Municípios concentram-se em combinar as necessidades de mão-de-obra das empresas com a disponibilidade de trabalhadores desempregados. Estes programas podem ser vistos na administração pefelista no Paraná (programa "Disque Pequenos Negócios"), no PPB de Santa Catarina (programa "Portas do Trabalhador"), no PSDB de São Paulo ("Postos de Atendimento ao Trabalhador").

Não são apenas nos programas que seguem diretrizes federais que os partidos políticos se assemelham. Os programas e ações de combate ao

desemprego de iniciativas estaduais e municipais atacam os mesmos problemas e de maneira parecida, independente de orientação ideológica do partido que encabeça o poder executivo.

Exemplos destas iniciativas locais são as frentes de trabalho promovidas pelos governos do PSDB paulista (“Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego”) e do PT gaúcho (“Coletivos de Trabalho”).

O “Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego” (PSDB-SP) é a maior frente urbana de trabalho já criada no país. Trata-se de um programa que oferece vagas para prestação de serviços públicos de baixa qualificação (varrer as ruas, limpeza da cidade, pintar muros, etc.) e que oferece uma bolsa auxílio de R\$ 190,00, cesta básica e vale transporte para pessoas em estado de carência alarmante, por um período de até nove meses. Estas mesmas pessoas, uma vez por semana têm acesso a cursos de qualificação profissional que priorizam a formação técnica, a formação para o auto-sustento, e ainda incluem noções de cidadania e geopolítica. Trata-se de um programa de transferência de renda através de gastos públicos, associado à qualificação e educação profissional.

O “Coletivos de Trabalho” (PT-RS) é um exemplo de programa de combate ao desemprego através de concessão de uma renda R\$ 220,00 por mês, para membros de localidade definidas possam criar alternativas locais de geração de renda e empregos. As pessoas do grupo passam a receber também uma formação em uma área específica (saúde, alfabetização, saneamento) e contribuem com a comunidade prestando serviços de caráter público.

O combate ao êxodo rural por iniciativas localizadas também é visto em grande parte das administrações públicas. No PPB de Santa Catarina o programa “Banco da Terra” é um programa de reflorestamento com antecipação de renda, onde o trabalhador pequeno proprietário de terra faz reflorestamento de madeira de corte, recebendo empréstimo de acordo com a área reflorestada, e depois devolve o empréstimo com a venda da madeira. São implantados comitês municipais que acompanham a aplicação do dinheiro emprestado para os fins programados. É um programa que pretende ceder microcrédito ao produtor rural, estancar o movimento do êxodo rural e estabelecer atividade econômica contínua no campo.

Também no combate ao êxodo rural, o governo de Pernambuco (PMDB) lançou em sua administração o “Programa Renascer”. Entre as ações deste programa está a entrega de títulos de propriedade para pequenos produtores rurais, habitação nas áreas rurais, criação de infraestrutura energética à base de energia solar, construção de poços artesianos

e projetos de irrigação do solo. Assim pretende-se criar atrativos para a manutenção do trabalhador rural no interior do Estado e frear o desemprego urbano.

A estratégia de criação de empregos através de gastos públicos (construção de estradas, escolas, postos de saúde, praças, jardins, etc.), principalmente nas esferas municipais e estaduais, também é apresentada como alternativa de combate ao desemprego por todas as siglas partidárias e colocadas em prática por suas gestões.

Como diferencial partidário na luta contra o desemprego pode ser citado o “Programa de Garantia de Renda Mínima” municipalizado das administrações petista. Tal programa de transferência de renda pode ser encontrado em municípios como os de Campinas e Blumenau. Seu objetivo é atacar local e diretamente uma das maiores causas do problema do desemprego brasileiro: a concentração da renda.

Noções do papel e modelo de Estado

Fazer uma análise do papel e do modelo de Estado defendido pelos partidos políticos é fundamental para que se tenha uma base para o entendimento das maneiras como são implementadas as políticas públicas, seja concentradas ou delegadas, seja centralizadas ou descentralizadas. Também para diferenciar as preferências por um estado mais assistencialista (modelo KWS)⁴ ou promotor de trabalho por meio de incentivos à iniciativa privada (modelo SWS)⁵.

Noções bastante semelhantes se observam na análise das perspectivas que os partidos políticos têm sobre o papel e o modelo ideal de Estado para a administração pública brasileira.

Todos os partidos acreditam que o Estado deve ter o papel central de promotor, “animador” da iniciativa privada (modelo SWS). Ou seja, o

⁴ *Keynesian Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, é o modelo, inspirado nos Estados solidários europeus do pós-guerra, que têm por objetivo primordial a garantia do pleno emprego, e também de prover um mínimo de padrão de vida para a população, prover serviços sociais básicos e padronizados nas áreas de saúde, previdência, educação, trabalho (Arienti, 1997, Jessop, 1994).

⁵ *Schumpeterian Workfare State*, em uma tradução aproximada poderia ser chamado de Estado Promotor do Trabalho e da Competitividade. Concentra-se em descentralizar o poder para as esferas locais, em promover a flexibilidade produtiva, a inovação tecnológica e a competitividade da economia nacional no plano global (Arienti, 1997, Jessop, 1994).

Estado não deve ser o responsável direto pela ampliação do número de vagas no mercado de trabalho, mas sim deve adotar medidas fiscais e monetárias que incentivem a iniciativa privada a assumir esse papel.

Partidos de esquerda como o PT, que prioritariamente eram mais favoráveis à participação ativa do Estado na criação direta de empregos (PT, 1998), estão flexibilizando seus discursos. Quatro dos seis membros do PT que contribuíram para a pesquisa admitem que a responsabilidade de gerar emprego deve ser delegada e o Estado deve incentivar a execução de programas de emprego pela própria sociedade civil/iniciativa privada. O próprio presidente do partido assume tal postura: *"devem crescer não a União, mas, além de Estados e Municípios, justamente este setor público não-estatal (entidades representativas, ong's, cooperativas, etc). Passarão a existir mais organizações, que assumirão papéis de maior responsabilidade diante do público"* (Dirceu in PT, 2000, p. 14).

A delegação de responsabilidades também faz parte do ideário de todos partidos políticos. Há uma tendência dos partidos políticos em preferirem a delegação à sociedade civil da execução de certos serviços públicos, seja através de parcerias, ou de privatizações (sobre esta última modalidade a exceção é o PT). Para os partidos, o Estado deve dar condições a que a iniciativa privada assuma a responsabilidade na prestação de serviços públicos não essenciais, aqueles que não pertencem à atividade-fim do Estado (saúde, educação, segurança). Nas demais atividades (telefonia, eletricidade, bancos, etc.) o Estado deve delegar à iniciativa privada e controlar a ação destas através das agências reguladoras.

O PFL inclusive aposta que a falta de privatização é uma das fontes de desemprego no Brasil. *"Acelerar o programa de privatização. A incapacidade de financiamento dos investimentos estatais indica que a demora na privatização é grave fator de aumento acelerado do desemprego"* (Maia, in PFL, 1996, pp. 40-41).

O PMDB em seu programa defende o monopólio estatal apenas sobre a defesa nacional, sobre a codificação das leis e realização da justiça e sobre a moeda. Os monopólios estatais do setor produtivo e de serviços podem ser flexibilizados através de concessões, desde que haja discussão ampla com a sociedade (PMDB, 2001).

O PPB é mais enfático em sua defesa pelas privatizações, citando como uma de suas diretrizes a *"transferência para a iniciativa privada de toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado"* (PPB, 2001). Para o PPB, o Estado deve atuar nos segmentos de infra-estrutura econômica, incentivando o desenvolvimento privado.

O PSDB defende a diminuição do investimento direto no setor produtivo e a regulamentação através de agências como a ANATEL, ANP e a ANEEL. *"Não é um Estado que encolhe para que o capital e o mercado mandem, porque isso seria o que chamam de neoliberalismo. Estamos organizando um Estado com competência para regulamentar"* (Cardoso in PSDB, 1999, p. 13). Ainda FHC, em seu plano de governo 1999-2002, afirmou que iria atuar no sentido de *"aprofundar a reestruturação do setor produtivo, levando adiante o programa de privatização e fortalecendo o Estado no papel de regulador e indutor do desenvolvimento"* (Cardoso, 1998, p. 17).

Existe um entendimento generalizado nos partidos de direita de que a iniciativa privada é mais ágil, eficiente, menos burocrática, responde muito melhor às necessidades da sociedade e que as empresas públicas em geral necessitam de dinheiro do Tesouro para a continuação de suas atividades. Sob esta racionalidade, fica comprometida parte do orçamento público que deveria ser direcionado às atividades-fim do Estado. *"O Estado não tem, e não pode ter, agilidade nem flexibilidade para acompanhar a velocidade das mudanças, os ciclos tecnológicos curtos. Isso significa uma oferta inadequada de serviços e atraso"* (Maia, in PFL, 1996, p. 38).

Embora configurado como partido de centro, o PMDB também encontra deficiências graves no aparelho estatal e na prestação de seus serviços. Não defende a destruição do Estado, mas sim sua reforma. *"O PMDB não pretende, em absoluto, manter o Estado tal e qual ele se encontra, servindo aos interesses de uma minoria, marcado pela ineficiência das ações governamentais, pela irracionalidade administrativa"* (PMDB, 2001, p. 47).

Todos os partidos também defendem unanimemente a descentralização federativa. Na visão do presidente do PT, *"a mudança de rumo do País exigirá um novo pacto federativo, com maior peso do poder local, através do processo de descentralização estatal"* (Dirceu in PT, 2000, p. 14).

O PMDB acredita na mesma linha de descentralização: *"descentralizar o País a partir de uma política de municipalização representa a alternativa mais racional de propiciar grande mudança estrutural na sociedade brasileira. Municipalizar e optar pelos pequenos é o novo nome da moderna estratégia de desenvolvimento nacional"* (PMDB, 2001, p. 61). *"No Brasil, federalismo quer dizer descentralização (...). Tudo o que diga respeito à vida cotidiana do cidadão deve ser atribuição do município, cabendo aos Estados uma função complementar. A União deve ficar reservada a competência de legislar apenas sobre princípios diretores"* (PMDB, 2001, p. 51).

O PPB em suas diretrizes organizacionais e administrativas também acredita nos bons frutos da descentralização das decisões, recursos, funções e encargos da União para os Estados e Municípios (PPB, 2001).

Segundo o depoimento dos membros dos partidos políticos o modelo de Estado mais indicado para o Brasil na atualidade é o *Schumpeterian Workfare State* puro e simples, na visão dos partidos de direita, e uma mescla do SWS e o *Keynesian Welfare State* para o PT e os partidos de centro.

O Estado socialista, mesmo que citado como modelo a ser seguido pelos partidos de esquerda tem seu espaço reduzido nas discussões de modelo de Estado. Um deputado federal petista consultado afirma que o Estado socialista é o objetivo do partido, mas não compartilham dessa compreensão os outros deputados e membros do partido consultados nesta pesquisa. A defesa do socialismo, que originariamente era uma das bandeiras do PT em sua fundação (PT, 1998), praticamente sumiu do discurso de suas principais lideranças, dos programas de governo e campanhas eleitorais do PT.

Considerações finais

Quanto ao posicionamento dos partidos políticos frente às causas do desemprego brasileiro, políticas públicas, programas concretos de combate ao desemprego, e noções do papel e modelo de Estado foram encontradas algumas situações surpreendentes.

Independentemente das posturas ideológicas e posicionamento na escala esquerda-direita, todos os partidos políticos mostraram entendimento muito similar quanto às causas do desemprego no Brasil. Todos apontam a concentração da renda, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e a falta de um crescimento econômico mais acelerado como os maiores responsáveis pelo desemprego no Brasil. O êxodo rural também foi bastante citado como uma das principais causas.

As maiores diferenças entre os partidos aparece na defesa de algumas políticas públicas, é dizer, “princípios, prioridades e diretrizes” (Moraes, 1999, p.118) para o combate ao desemprego. Na questão da condução do crescimento econômico, os membros do PT e do PMDB aceitam as políticas de emprego através de gastos públicos, enquanto que o PSDB, PPB e PFL praticamente as rechaçam em seus discursos, em favor de uma atuação estatal de promotor do crescimento com geração de empregos pela iniciativa privada. Este tipo de estratégia, no entanto também é bastante apoiada pelo PT e pelo PMDB.

O PT se diferencia dos outros partidos principalmente por dar maior prioridade à questão da redistribuição de renda para alavancar o

emprego e o bem-estar social. Defende abertamente a reforma agrária, políticas de transferência de renda assumidas diretamente pelo Estado, distribuição de ativos educacionais e pela reforma tributária, com impostos progressivos.

Todavia, todos os demais partidos políticos também colocam em seus programas e nos discursos de seus membros a importância da redistribuição da renda, no entanto de forma menos enfática. O PSDB defende as transferências de rendas através de programas como o bolsa-escola e a aposentadoria rural. O PMDB acredita que o caminho para diminuir as desigualdades está na reforma tributária. O PFL e o PPB não tratam claramente da distribuição de renda, de riquezas, mas sim da busca da igualdade de oportunidades, seja através de maiores incentivos às pequenas empresas ou através de formação profissional técnica para os trabalhadores.

Fazendo uma comparação entre as principais políticas públicas de combate ao desemprego apontadas na teoria com as perspectivas dos partidos políticos, é possível perceber que apenas o PT defenda a redução da jornada de trabalho. Todos os outros quatro partidos desconsideram os ganhos que tais políticas poderiam gerar para a criação de novos empregos e ainda acusam que seria um entrave para o crescimento econômico (pelo aumento nos custos). Estes mesmos partidos consideram a negociação da redução da jornada de trabalho uma medida um tanto distante de um acordo entre patrões e empregados.

O PMDB e o PT, por sua vez, vêem com restrições as iniciativas de flexibilização das relações de trabalho. Para estes partidos as flexibilizações seriam um retrocesso para os trabalhadores no que concerne aos seus direitos trabalhistas. Também contestam a validade de tais medidas em criar novos empregos. O PSDB, o PPB e o PFL apóiam abertamente as flexibilizações alegando que são indispensáveis para o desenvolvimento de setores como o turismo, os serviços, e certos setores industriais e agrícolas afetados pelas variações sazonais de demanda.

Diferenças partidárias também são percebidas nas opções de políticas de formação e qualificação profissional. Apesar de todos os partidos discursarem a favor da educação básica, o ensino técnico-profissionalizante e a educação voltada para o auto-sustento, prioridades são tomadas em seus programas. O PFL e o PSDB priorizam o ensino técnico-profissionalizante de nível médio. O PT, além da educação profissionalizante, reserva especial destaque em seus programas para o enriquecimento cultural da população e para a educação formal.

Apesar destas distinções entre os partidos políticos, similaridades também são encontradas na maneira de os partidos entenderem as políticas públicas de emprego. Todos os partidos aprovam os incentivos governamentais à iniciativa privada (crédito, acompanhamento técnico) e também possuem entendimento congruente quanto a que o setor terciário é o maior promissor na geração de empregos e deve ser priorizado pelas políticas estatais.

As semelhanças entre os partidos voltam a aparecer quando comparados os programas e ações concretas de combate ao desemprego, aplicadas na prática em suas administrações. Todos se utilizam da intermediação da mão-de-obra, do microcrédito, da qualificação da mão-de-obra, dos incentivos às formas cooperativas e autogestionadas de negócios, os gastos públicos principalmente nas esferas locais. Cabem ser destacadas as iniciativas do PPB com incentivos estaduais às exportações em Santa Catarina, a reforma agrária em nível estadual do PMDB em Pernambuco e as transferências de renda do PSDB pelo governo federal e pelo PT. Aliás, a atuação direta do poder público realizando transferências de renda para as camadas mais pobres pode ser mais bem visualizada nos partidos de centro e de esquerda.

As divergências se atenuam ainda mais quanto ao papel e modelo de Estado defendidos pelos partidos políticos. Todos os partidos preconizam um Estado exercendo o papel de indutor de crescimento econômico principalmente pelos incentivos à iniciativa privada (SWS). As questões das delegações de execução de políticas públicas para a sociedade civil através de parcerias também são vistas com bons olhos por todos os partidos. Quanto às privatizações o PT se mostra desfavorável, mas ao mesmo tempo não se atreve a utilizar discursos de estatizações de empresas privatizadas.

O modelo de Estado unanimemente considerado pelos partidos é o SWS. A necessidade de buscar a competitividade econômica nacional, a tendência de descentralização de poder para as esferas locais e a busca de equilíbrios fiscais estão na pauta de todos os partidos políticos. Por outro lado, o PSDB, PT e PMDB ainda são capazes de admitir o Estado do Bem-Estar Social (KWS), mesclando as políticas do SWS com intervenção estatal na busca do pleno emprego e promoção da solidariedade e assistencialismo de Estado. O Estado socialista praticamente não é citado, nem pela esquerda.

Uma das principais conclusões que se extraiu desta pesquisa é a virtual tendência de nebulosidade na compreensão dos partidos de direi-

ta, centro e esquerda sobre causas do desemprego, programas e ações concretas para combatê-lo, papel e modelo de Estado para o caso brasileiro. Algumas hipóteses se levantam para tentar entender essa aproximação das concepções.

A primeira delas remete à derrocada do socialismo soviético e fim de um modelo antagônico e referencial de Estado para as esquerdas. Estudos realizados na Europa indicam que com a queda do Muro de Berlim em 1989 e dissolução das repúblicas socialistas soviéticas, os partidos tradicionais das esquerdas européias perderam seu ponto referencial de organização do Estado, num processo chamado de “des-ideologização” (Benedicto, Reinares, 1992). Não se sabe suficientemente qual o impacto disto nas esquerdas brasileiras.

A segunda hipótese remete a uma mudança cultural das sociedades configurada por um declive da mobilização das elites tradicionais, declive da autonomia do Estado-nação, conflitos de classes sociais menos claros, mudanças nos conceitos de qualidade de vida e ascensão de valores pós-materialistas, explicados por Inglehart (1991). Segundo tal pesquisador, as pessoas que vivem em países desenvolvidos, em geral, já têm satisfeitas as necessidades básicas de moradia, alimentação, previdência e a partir disso começam a buscar a satisfação de necessidades mais elaboradas como a defesa de questões ecológicas, lazer, integração social, etc.

Nesses países, os partidos passam a deixar questões ideológicas em segundo plano e sensibilizar-se às reclamações dos grupos de interesses específicos. A forma de financiamento dos partidos deixa de ser centrada nos afiliados para buscar recursos nos grupos de interesses que representam, deixam de ser partidos de representação de massas para serem “partidos profissionais eleitorais”, onde a defesa de determinados *issues* (temas) como legalização do aborto, imigração, financiamento de pesquisa em biotecnologia passam a ser maiores catalisadores de votos do que questões de classe social. A defesa de classe social passa a ser apenas mais um eixo de argumentação política e não mais o eixo central, de onde derivavam todas as outras questões.

O sistema político norte-americano é exemplo claro dessa tendência. É muito difícil dizer com segurança qual partido, o republicano ou o democrata, está mais deslocado à direita ou à esquerda. Ambos se revezam na defesa de *issues* como a pena de morte, a imigração, questões raciais, desenvolvimento armamentista, assuntos que não podem ser sintetizados como questões de defesa de classes sociais.

E a terceira hipótese identificada é a teoria da convergência, proposta por Hotelling⁶ na década de 30, que explicaria a flexibilização dos discursos e ações mais intermediárias pelos partidos, com objetivos de agregar mais votos. Basicamente esta teoria ensina que os partidos políticos, quando têm o objetivo de aumentar sua representatividade e exercer o poder de maneira mais ampla, naturalmente buscam posições mais próximas aos anseios da maioria dos eleitores, geralmente representadas pelo centro⁷.

Obviamente estas três hipóteses levantadas não são exaustivas. Sugere-se, portanto, o aprofundamento de estudos sobre as hipóteses explicativas para este fenômeno partidário, para o caso brasileiro.

Também serão de grande interesse os estudos que se preocupem em analisar a efetividade das políticas públicas, programas e ações de combate ao desemprego implementadas pelos partidos políticos. As dificuldades para a realização deste tipo de investigação são reconhecidamente grandes, pois nem sempre a interferência das políticas é direta sobre o nível de emprego (multiplicidade causal). No entanto, se fosse delimitado o estudo sobre programas ou ações pontuais, em um dado período e em regiões geo-econômicas similares, os resultados poderiam ser qualitativamente importantes.

Referências bibliográficas

- ABAIDE, Jalusa Prestes. *Partido políticos no Brasil: 1979-1988*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direito, UFSC, Florianópolis, 1990.
- ARIENTI, Wagner Leal. Fordismo e Pós-fordismo: uma abordagem regulacionista. II Encontro Nacional de Economia Política. *Anais*, São Paulo, 1997.
- BENEDICTO, Jorge, REINARES, Fernando. *Las transformaciones de lo político*. Madrid: Alianza, 1992.

⁶ Harold Hotelling, a teoria de convergência também pode ser aplicada a outras situações de competição, não apenas entre partidos políticos: empresas comerciais e suas localizações, profissionais liberais e suas especializações, etc. (Hotelling, 1929).

⁷ Ainda pela teoria de Hotelling, quando a maioria das siglas migram para o centro, surgem ou se fortalecem os partidos situados nas extremidades da escala direita-esquerda. A parcela da população mais simpática a ideologias extremadas se descontentaria com os partidos "que querem agradar a todos" e preferiria dar voto aos partidos mais próximos a suas preferências ideológicas. Exemplos deste fenômeno já podem ser observados no caso europeu com o aumento do apoio popular a partidos manifestamente ultradireitistas.

- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Bancadas dos partidos*. [on line] <http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/bancada.asp>, 25 de Novembro de 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança, Brasil: proposta de governo*. Brasília, 1998.
- HOTELLING, Harold. Stability in Competition. *Economic Journal*. vol. XXXIX, 1929, pp. 41-57.
- IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*. V. 08, n. ° 1, jan-mar/1994.
- INGLEHART, Ronald. *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: CIS, 1991.
- JESSOP, Bob. The transition to post-fordism and the schumpeterian workfare state. In: Burrows, R. Loader, *Towards a post-fordist welfare state?* Londres : Routledge, 1994.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1992.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*. V. 08, n.º 1, jan-mar/1994.
- MORAES, Célio Vanderlei. Conselhos de gestão de políticas públicas: instituições e/ou espaços políticos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis : Ed. UFSC, 1999.
- PFL. *O livro do PFL: educação e emprego*. 3. ed. São Paulo : Massao Ohno Editores, 1996.
- PMDB. *Estatuto, programa, código de ética*. 6. ed. Brasília, 2001.
- PPB. *Programa, manifesto, estatuto*. Brasília, 2001.
- PSDB. *Social democracia em ação: o modo tucano de governar está mudando o Brasil*. Brasília : Instituto Teotônio Vilela, 1997.
- _____. *Realizações e desafios de um programa social democrata no Brasil*. Brasília : Coronário Editora Gráfica, 1999.
- PT. *Cadernos de formação nº 3: o que é o PT*. 5. ed. São Paulo : Gráfica Agnus, 1998.
- _____. *Resoluções DN e CEN: caderno 2*. Brasília, 2000.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Novo dicionário de economia*. 4. ed. São Paulo : Best Seller, 1994.
- SECCHI, Leonardo. *Alternativas de combate ao desemprego brasileiro: perspectivas partidárias comparadas*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração, UFSC, Florianópolis, 2002.
- THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, enquête operária e investigação social*. São Paulo : Polis, 1987.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo : Atlas, 1987.